



**INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH**  
**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**VITOR MANOEL DE SOUSA FREITAS**

**AGRICULTURA FAMILIAR: O DECLÍNIO DO QUE JÁ FOI A PRINCIPAL  
CULTURA ECÔNOMICA DA SEDE DO DISTRITO DE ÁGUAS BELAS NO  
SERTÃO CENTRAL CEARENSE.**

**REDENÇÃO**

**2023**

VITOR MANOEL DE SOUSA FREITAS

**AGRICULTURA FAMILIAR: O DECLÍNIO DO QUE JÁ FOI A PRINCIPAL  
CULTURA ECÔNOMICA NO DISTRITO DE ÁGUAS BELAS NO SERTÃO  
CENTRAL CEARENSE.**

Trabalho de conclusão de curso em formato projeto de pesquisa do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de bacharel em humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Campos Lobo.

REDENÇÃO

2023

**VITOR MANOEL DE SOUSA FREITAS**

**AGRICULTURA FAMILIAR: O DECLÍNIO DO QUE JÁ FOI A PRINCIPAL  
CULTURA ECÔNOMICA DA SEDE DO DISTRITO DE ÁGUAS BELAS NO  
SERTÃO CENTRAL CEARENSE.**

Trabalho de conclusão de curso em formato de projeto de pesquisa do curso de bacharelado interdisciplinar em humanidades da universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de bacharel em humanidades.

Aprovado em: \_\_\_\_\_ de dezembro de 2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora e presidente: Profa. Dra. Janaina Campos Lobo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

---

Examinador interno: Prof. Dr. Leandro Proença

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

---

Examinadora interna: Profa. Dra. Fátima Silveira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>7</b>
<b>3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>8</b>
<b>4 OBJETIVOS.....</b>	<b>10</b>
4.1 OBJETIVO GERAL.....	10
4.2 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	11
<b>5 HIPÓTESES.....</b>	<b>11</b>
<b>6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>12</b>
<b>7 METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>8 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>18</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

O presente projeto de pesquisa busca entender como a principal cultura econômica de um distrito vem em declínio nos últimos anos, sendo essa cultura econômica a agricultura familiar, que faz parte da identidade daquelas pessoas e traz uma parcela significativa do seu sustento e faz parte das suas raízes que são bem profundas na área da agricultura, tornando a atividade não somente econômica, mas também cultural.

A região em questão é a sede do distrito de Águas Belas, que fica no sertão central cearense, a 214 km de distância da capital Fortaleza. O distrito é composto pela sede e por localidades vizinhas que o compõem. Com aproximadamente 2.500 habitantes entre sede e localidades vizinhas, o distrito tem por seu município a cidade de Boa Viagem que fica a 54 km do mesmo.

O projeto tem como foco apenas a sede do distrito que é composta por aproximadamente 360 habitantes, sendo a maioria nascidos e criados na localidade, tendo uma ligação simbólica e cultural com a região. A agricultura na região foi por muito tempo a atividade econômica mais importante, sendo uma agricultura majoritariamente familiar. O tipo de agricultura familiar a que nos referimos constitui-se de uma família que trabalha em atividades agrícolas sob um pedaço de terra, em geral não muito grande, e nem sempre de sua propriedade legal (SCHNEIDER & CASSOL, 2013), essa atividade que era praticamente absoluta no distrito, nos últimos anos tem mostrado um declínio preocupante que pode culminar com o fim da mesma.

Sendo o distrito localizado no sertão e longe de centros urbanos, é meio que lógico que a atividade principal da região seria a agricultura, já que as ofertas de trabalhos na região são bem escassas, com isso essa diminuição da principal atividade econômica é motivo de preocupação e indagações por parte da população local, pois a identidade de um povo, as formas de territorialidade e os costumes pode estar se remodelando; e isso tem motivos, sejam eles por escolha ou não.

A agricultura é definida como o conjunto de técnicas utilizadas para cultivar plantas com o objetivo de obter alimentos, fibras, energia, matéria-prima para roupa, construções, medicamentos, ferramentas, etc. Sua origem é do período neolítico há mais de 10 mil anos (MAZOYER; ROUDART, 2010). A agricultura é uma das principais, se não a principal atividade no mundo, sendo ela uma agricultura industrial ou familiar, sua participação no mercado econômico é indispensável, pois produzir e distribuir esses

recursos que não são apenas alimentares, é o que move o mundo, já que necessitamos de alimentos para sobreviver; e esses alimentos só são possíveis graças a agricultura.

A agricultura familiar brasileira tem um papel indispensável no cenário nacional, já que a produção em grande escala da agricultura industrial é praticamente toda voltada para a exportação. É a agricultura familiar que abastece o mercado interno, assim tendo um papel importante para o controle da inflação. Com um papel tão importante no cenário econômico do país, qualquer ameaça de fim eminente que essa atividade que em maioria das vezes não é só econômica, mas cultural em praticamente todas as regiões do país venha a sofrer, é importante que seja feito um estudo para entendermos o porquê do ocorrido e quais as consequências que isso pode desencadear no cenário econômico, social e cultural de determinadas regiões, e é isso que esse projeto tem por finalidade.

Cabe mencionar que a categoria agricultura familiar “emergiu como resultante das mobilizações patrocinadas pelo movimento sindical, no início da década de 1990 (especialmente a Contag)” (SCHNEIDER, 2009, p. 09) com o intuito de reivindicar especificamente a identidade da agricultura familiar. Prossegue o autor Sérgio Schneider:

Em termos político-institucionais a agricultura familiar alcança legitimidade crescente a partir da criação do Pronaf (Decreto 1946, de 28 de junho de 1996) e de uma estrutura específica destinada a operar políticas para este público no interior do Ministério de Desenvolvimento Agrário. No campo intelectual, o reconhecimento começa pelos estudos que buscam definir o universo de estabelecimentos rurais que não contratavam força de trabalho, denominados por isso de familiares, em oposição aos patronais (SCHNEIDER, 2009, p. 09).

No caso do Ceará, podemos ver a importância da agricultura familiar através dos dados do censo de 2017, conforme apontado por Lemos et al (2020, p. 96):

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, em 2017 havia 394.330 estabelecimentos praticando atividades agrícolas no Ceará. Deste total, 297.862 (75,5%) eram unidades agrícolas familiares (UAF); os demais 96.468 (24,5%) eram ocupados por atividades agrícolas não familiares ou unidades agrícolas patronais (UAP). As áreas ocupadas pelas UAF e UAP, respectivamente, representavam 48,4% e 51,6%. A importância das atividades agrícolas praticadas nas UAF, já demonstradas nessas estatísticas de totais de estabelecimentos e áreas ocupadas pelos estabelecimentos, se consolida quando se observa que nelas estava ocupada 73,9% da força de trabalho da agricultura em 2017.

É nesse cenário de grandes desafios para a agricultura familiar que este projeto quer se debruçar sobre os problemas enfrentados pelos agricultores em Águas Belas.

## 2 JUSTIFICATIVA

Sendo a agricultura uma das principais atividades econômicas do Brasil e do mundo, ela faz parte das nossas vidas, por mais que não estejamos dentro das formas de produção, mas estamos consumindo o produto dessa atividade. Em se tratando da agricultura familiar a relação dela com a população e com a terra é mais profunda, é carregada de significados com os territórios que estão inseridos, pois a sua produção não é nos moldes capitalistas, o quais visam apenas o lucro e a transformação da terra em mercadoria, sua produção antes de mais nada é para o seu sustento; e usam de uma mão de obra predominantemente familiar, que procura sempre uma preservação/rotação das terras. Além disso, sua relação com a população local é amigável, sendo a primeira produção do ano dividida com os mais próximos (no caso da sede do distrito de Águas Belas). Essa agricultura familiar mesmo não sendo uma atividade que visa apenas lucro é responsável por uma boa parcela da produção de alimentos no cenário brasileiro. Importante trazer a reflexão de Martins (1991, p. 55):

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não tem.

Tendo em vista a grande importância da agricultura familiar no cenário nacional e regional, ao olharmos para as frações de territórios onde essa atividade está inserida, que como já destacado, não visa apenas lucro, precisamos explorar as razões dessa fragilidade. Ainda, precisamos entender como esses desafios e fragilidades podem alterar toda uma estrutura social, pois a agricultura familiar é carregada de significados, é a identidade de um povo, que vai passando de geração para geração e constrói raízes profundas em nossa região.

No Brasil, a agricultura familiar é algo novo, pois a partir de 1990 que ela foi se afirmar e passar a ser mais reconhecida pelo estado e por intelectuais que começaram

a trabalhar mais profundamente com o tema (SCHNEIDER, 2009), tendo em vista que pesquisas sobre a agricultura familiar são recentes no cenário nacional. Nesse sentido, esse projeto busca contribuir com repostas sobre o tema tão importante, delimitando uma pequena fração de território, na sede de Águas Belas. Assim, esse projeto tem sua relevância e contribuição junto aos estudos sobre agricultura familiar.

No caso desse projeto, procuro respostas sobre o declínio da agricultura familiar na sede do distrito de Águas Belas, que desde sua criação tem sido a atividade econômica principal, que é marca daquela região, e nos últimos anos tem mostrado uma queda considerável e preocupante na atividade, que tem deixado de ser umas das principais da região. Mas é importante frisar que o interesse desse projeto em nada se equivale com interesses de ampliações de terra para o mercado capitalista, como bem evidencia Martins (1991, p. 54):

Por isso não podemos confundir a propriedade capitalista com a propriedade familiar, ainda que propriedade privada. São coisas completamente diferentes, ainda que a passagem de uma para outra seja muito sutil e a muitos pareça não existir diferença alguma.

Nesse sentido, acredito que o projeto possa se inserir nos estudos críticos territoriais, de modo a contribuir com uma sociedade mais justa e equânime.

### **3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA**

Buscando entender o porquê do declínio de uma atividade econômica e cultural tão importante no cenário nacional, esse projeto que tem por delimitação, como já mencionado, a sede do distrito de Águas Belas no sertão cearense, que desde sua criação tem por atividade econômica a agricultura familiar e nos últimos tempos tem mostrado um declínio preocupante.

Os estabelecimentos agropecuários familiares são classificados por (SCHNEIDER, 2009) como especializados, que a fonte de renda é em maioria vindo de suas atividades agrícolas. O Outro grupo são os estabelecimentos com múltiplas fontes de renda, sua receita não é em maioria vinda da sua produção agrícola, o último grupo é o dos residentes rurais, onde usam suas terras apenas para moradia, tendo uma produção que não gera praticamente nada de receita, sua produção é apenas para sua subsistência. Os agricultores familiares da região em questão se fossemos classificá-los seria um pouco



diferente da classificação de Schneider, pois a maioria não possuem terras, são agricultores familiares arrendatários, esse é um dos principais problemas que, a priori, está levando o declínio dessa atividade, pois as terras em volta da sede do distrito de Águas Belas estão concentradas nas mãos de pouquíssimos agricultores, que tem por atividade principal a agropecuária, assim não vêm mais arrendando uma parte de suas terras para os demais agricultores que ficam sem poder trabalhar, já que não possuem terras para os cultivos.

Os agricultores-proprietários trabalham mais com a agropecuária, assim sua produção vegetal é apenas para a alimentação dos seus rebanhos e para o consumo próprio, e já que os agricultores que trabalhavam só com a produção vegetal e que forneciam produtos para a região não estão mais trabalhando por conta de não ter onde plantar, os produtos agrícolas ficam mais caros, já que vem de fora da região, assim afetando os consumidores locais de toda a região de Águas Belas.

As secas que ocorreram de 2012 a 2018 também contribuíram para uma baixa na atividade, já que as plantações da região só acontecem no período chuvoso que vai de dezembro a junho, assim dependendo exclusivamente das chuvas, e nesses anos que praticamente não houve produção, a renda das famílias que dependiam da agricultura caiu muito. Essas famílias tiveram que buscar outras formas para conseguir renda, assim acarretando em um êxodo rural, com as famílias ou algum dos membros tendo que ir embora da localidade para os grandes centros urbanos em busca de trabalho:

No Semiárido brasileiro, de um modo geral e no do Ceará, especificamente, prevalecem atividades agrícolas que dependem exclusivamente das precipitações de chuvas. São as lavouras de sequeiro que têm bastante relevância para a agricultura local, tanto na formatação da renda das famílias rurais como na geração de segurança alimentar, no caso das UAF. Nesse Estado, não é comum o uso de tecnologias que fomentam maiores produtividades como irrigação, mecanização, sementes melhoradas geneticamente na produção de lavouras em regime de sequeiro. Estes fatos fazem com que a agricultura cearense, sobretudo a familiar, tenha dificuldades na sua condução e de ser atividade sustentável: econômica, social e ambientalmente. Volumes de chuvas abaixo ou acima das necessidades hídricas dos cultivos causam problemas relacionados à queda das áreas colhidas e das produtividades das lavouras em geral que são cultivadas em regime de sequeiro (Lemos et al, 2020, p. 96).

Com essa queda brusca da agricultura familiar, podemos ver afetar a cultura e a identidade do povo no distrito de Águas Belas, pois os mais jovens não estão mais

ligados a essa forma de viver e de se sentir pertencentes a cultura agrícola, isso vai só colaborando para o declínio que já está em um processo avançado, e toda essa virada na cultura e na economia local não se dá por escolha dos agricultores familiares, mas sim por motivos que fogem deles, pois se os donos de terras não querem mais arrendar parte de suas terras para os demais agricultores, não há o que possa ser feito, pois os agricultores que não tem terras não tem dinheiro para comprar terras, e por mais que conseguissem financiamento para a compra de terras, quem possui terras não quer se desfazer delas, assim tornando o problema bem mais complexo de ser resolvido. Justiça agrária é um tema urgente em Águas Belas.

Conforme apontado por Valadares (2022, p. 08), se levarmos em conta os censos agropecuários de 2006 e 2017, observaremos uma redução considerável de estabelecimentos da agricultura familiar na região Nordeste: “fica claro que, na redução do número total de estabelecimentos familiares, as regiões que mais contribuíram com essa perda foram justamente aquelas em que a agricultura familiar se estruturou historicamente no país: Nordeste, com redução de 2,2 milhões para 1,8 milhão (-18%)”.

Dessa forma, buscamos entender as razões que têm levado a esse declínio. Trata-se apenas da concentração de terras e da injustiça agrária? Quais outros fatores têm motivado esse declínio? Como as unidades familiares têm enfrentado esse problema? Quais possibilidades de produção em um cenário de desigualdade?

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar os principais motivos que estão levando ao declínio do que já foi a principal atividade econômica e cultural que é a agricultura familiar no distrito de Águas Belas, no sertão central cearense.

### **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Investigar quais são os fatores que impulsionam a fragilização da agricultura familiar em Águas Belas;

- Compreender quais os impactos que podem gerar na cultura e na economia local com uma grande diminuição da sua principal atividade cultural e econômica;
- Entender como esses/as agricultores/as lidam com a precariedade desta atividade econômica que está ligada às suas raízes;
- Analisar se com a diminuição da principal atividade cultural e econômica da região, o êxodo rural foi a principal estratégia das famílias atingidas ou se buscaram saídas dentro da própria localidade;

## **5 HIPÓTESE**

O declínio da agricultura familiar no distrito de Águas Belas se dá por uma série de fatores, mas principalmente pela falta de terras, tendo em vista que a maioria dos agricultores familiares não possuem terras e trabalhavam outrora como arrendatários. Como hoje em dia os poucos donos de terras não as arrendam mais, a agricultura familiar na sede do distrito tem enfrentado graves problemas.

## **1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Em busca de construir uma base de conhecimento sólida para a construção do projeto que visa compreender e explicar certos aspectos da agricultura familiar no distrito de Águas Belas, conceituaremos aqui sobre território e territorialidade a partir da visão de alguns autores. Quando falamos de territorialidade em qualquer das áreas das Ciências Sociais temos que destacar que se deu início a estudar o assunto mais profundamente na área da etologia, que estuda o comportamento animal, como isso os primeiros estudos mais aprofundados sobre territorialidades eram influenciados a partir dos estudos da etologia.

De Godoi (2014) propõe que a territorialidade é plural e polissêmica, pois está ligada a processos de construção de território, que seria apropriação, controle, usos e atribuições de significados sobre uma parcela do espaço, que é transformada em território. A territorialidade como meio de criação de território vai da ligação a lugares específicos por meio simbólico e investimento material e pelos princípios básicos da organização social, diríamos ainda que o território toma forma não só por meio da inscrição no espaço físico, mas nas narrativas, pois ele também é organizado discursivamente (DE GODOI, 2014). Vemos aqui que território não está atrelado exclusivamente a um aspecto físico, há vários fatores que levam a construção de um território: há diversos processos complexos de territorialização, que podem ser físicos ou não, mas que são necessários para a construção do território.

O entendimento mais atribuído ao território é o que se refere a um espaço delimitado e controlado que nele se exerce um poder, quase sempre relacionado ao poder do estado, o ordenamento social e físico-espacial que se impõe com o surgimento dos estados-nação vai se converter em forma hegemônica tornando invisíveis e desligando várias das distintas formas de territorialidade costumeiramente constituídas, isto é, pautadas por práticas consuetudinárias, que incorporam dimensões simbólicas e identitárias e cujas expressões não se encontram em leis ou títulos, mas na memória coletiva, que confere profundidade temporal do território (DE GODOI, 2014). Esse processo de não reconhecimento de território que desconsidera os vários fatores já mencionados na construção do território é entendido por vários autores como um processo de desterritorialização, o estado tem uma definição de território muito simplista e voltada aos mercados que desconsidera os vários processos de territorialização que na verdade constroem e dão sentido ao território. A antropóloga Emilia Pietrafesa de Godoi (2014)

destaca que territorialidade para ser estudada e compreendida tem que focar nos seus diversos processos, pois sem isso fica impossível de compreender a questão.

Seguiremos na construção da base de conhecimento falando a partir da visão de Paul Little, que classifica território como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a em seu “território” (LITTLE, 2002). Ele trata da questão territorial brasileira dos povos tradicionais e das transformações em que os territórios desses povos sofreram ao longo da história até o começo do século XXI, a busca por ocupação e afirmação desses territórios junto ao estado sempre foi o problema mais recorrente durante esses anos. Esse autor trabalha com a multiplicidade e sentidos da territorialidade humana, que produz diversos tipos de territórios com suas particularidades, que é o caso dos povos tradicionais brasileiros.

Ele destaca que na era colonial e imperial as várias frentes de expansão dentro do território nacional culminaram em diversos choques de território, que resultaram em novas ondas de territorialização, dessa vez por conta dos povos tradicionais que tiveram que fugir de seus territórios por mais que resistissem. Esse processo mostra como determinados fatores de afirmação de um povo podem mudar sob influência histórica.

A partir da entrada do estado-nação no cenário, com suas limitadas definições de territórios - sendo o território uma unidade do estado - e com essa definição aceita e reiterada por todos – o conceito de território para os povos tradicionais se torna uma ameaça à soberania do estado (LITTLE, 2002). As terras passam a ter duas classificações, terras privadas que se tornam mercadoria, e terras públicas que são um bem público, que em termos gerais seriam de todos, cabendo ao Estado determinar seu uso.

Os territórios dos povos tradicionais estão pautados em décadas de efetiva posse e uso do território, estão cheios de relações simbólicas e memórias coletivas, por mais que não estejam afirmados na lei, esse processo de territorialização o legitima. O estado tem dificuldade em reconhecer certos povos tradicionais que buscam seus direitos a terras que estão legitimadas a partir de territorialidades, é o caso dos povos quilombolas que já tiveram muitas vitórias, mas passaram e passam por diversas lutas em busca de legitimidade do seu território (LITTLE, 2002).

No cenário nacional do começo do século XXI as ongs tiveram papel fundamental se juntando às lutas dos povos tradicionais em busca da legitimação de seus territórios

junto ao Estado, pois a função histórica desses povos em preservar suas terras é vista com bons olhos para a perpetuação dos ecossistemas nelas presentes.

Recorrendo à obra *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, os autores buscaram desfazer alguns maus entendidos em questão ao termo “território”, pois no Brasil esse conceito tem se tornado um modismo. Para o autor Marcelo Lopes de Souza, o que define o território é o poder, e a dimensão política antes de qualquer outra, isso não quer dizer que não tenha outros aspectos definidores importantes (SOUZA, 2009). É incontestável que o território tem vários aspectos que o definem, mas tem que haver um ponto de partida, e para o autor a dimensão do poder/política é esse ponto. Em cada caso concreto por trás de processos de territorializações há um emaranhado de razões e motivações, a cobiça material não é, de sua parte, descolada do simbolismo da cultura (SOUZA, 2009). Para estabelecer um território é preciso que ocorra alguns processos de territorialização e esses processos por mais distintos que sejam isoladamente são necessário juntos para a criação de um determinado território, assim coisas que separadas pareçam não fazer sentido, juntas são essências para a perpetuação do mesmo.

Lembrando que o território não pode ser definido apenas como substrato espacial material (edificações, campos de cultivo, etc), pois o território pode mudar e o substrato espacial material continuar o mesmo (SOUZA, 2009). O território é complexo, e uma visão superficial simplista é incapaz de fazer uma análise completa sobre o mesmo, pois assim como estamos vendo, ele não é somente material, algo palpável, vai muito além disso.

É importante não coisificar o termo “território”, pois ele tem sua importância, e vai muito mais além de uma simples coisificação, é caro a vários ramos da ciência que trabalham com o mesmo, e mostram como ele é rico e necessário para explicar suas teses. O território em sua denominação correta, seria, “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial (SOUZA, 2009), cada autor que trabalha com território o define de sua maneira, mas há sempre algum consenso, para o autor em questão a definição acima seria a forma mais correta quando se trata de território.

Já a partir da *Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura* vimos como a agricultura surge, seus aspectos e mudanças no decorrer do

tempo, além de apontar os tipos de agricultura que existem e sua importância nos cenários nacional e internacional.

Com o surgimento da agricultura há muito tempo atrás, ela passou por diversas adaptações que foram se moldando até os dias atuais, como sistemas de cultivos, materiais para o manejo, sistemas de produção e até mesmo uma divisão social do trabalho agrícola saindo do modelo feudal para o modelo capitalista. Revoluções também aconteceram, a primeira sendo na Europa século XVIII a XX, que ocasionou na criação de novas ferramentas de trabalho (ceifadeiras, debulhadoras e bateadeira), fertilização no solo com esterco animal e uma nova divisão social do trabalho, culminando no início da indústria (LIMA. et. al, 2019). A agricultura tem se modificado com o tempo, saindo de uma simples produção manual para grandes produções mecanizadas, assim se transformando em uma grande geração de receitas nos dias de hoje no sistema capitalista, e tendo sua grande importância para o mundo, já que a partir da agricultura podemos acessar a vários insumos que são necessários à vida humana.

A segunda revolução tem como marca a consolidação da industrialização da agricultura, com uma dependência cada vez menor dos recursos da agricultura local e com um melhor armazenamento e conservação dos alimentos, resultando na ampliação do mercado nacional e internacional (LIMA. et. al, 2019). A agricultura tem mostrado sua força desde sua descoberta, ela vem sempre se modificando para melhor, sempre aumentando sua escala de produção e suas tecnologias para cada vez mais crescer.

Com o passar dos anos a agricultura evoluiu e se dividiu em dois tipos, uma agricultura capitalista voltada para a exportação e outra familiar, que é voltada mais para a sobrevivência da família. Na agricultura familiar as relações de trabalho e as relações com a terra estão intimamente ligadas com a família, visando o sustento da mesma (LIMA. et. al. 2019), assim se dá o funcionamento da agricultura onde uma predomina a exploração de mão de obra, o modo capitalista, e na outra, essa exploração não existe, por conta que a família que trabalha para o seu próprio sustento.

O surgimento da agricultura familiar no Brasil se dá quando pessoas que não eram escravos, mas também não eram senhores de escravos trabalhavam e vendiam seus produtos agrícolas nas feiras das cidades. O agricultor familiar tem uma relação especial com a terra e seu estilo de produção, pois também é sua moradia, com isso ele sempre procura novas formas de produzir sem agredir o solo assim contribuindo para o bem estar

de todos, lembrando que no caso brasileiro essa agricultura familiar usa de mão de obra externa na sua produção, não em escala de uma produção capitalista, longe disso, mas há geração de trabalho nesse meio, principalmente no caso do Nordeste. Isso não a desclassifica como agricultura familiar.

No Brasil, a construção dessa agricultura se deu sobre uma estrutura precária, que torna incapaz de desenvolver toda a sua capacidade, diferenciando-o da estrutura europeia, considerada capaz de fechar o círculo da subsistência (LIMA. et. al. 2019). Por mais que a agricultura familiar seja muito importante no Brasil, gerando uma produção e receita consideráveis, ela tem suas dificuldades, pois o agricultor familiar não consegue viver apenas de sua produção agrícola, por muitos motivos, como não chove o ano todo, falta de terras, mão de obra reduzida por ser apenas familiar, falta de tecnologia, incentivos fiscais, financiamento rural, entre outros.

O relatório *A agricultura familiar no Brasil*, de Schneider & Cassol (2013), por sua vez, é trazido para este projeto com a ideia de contribuir na compreensão da diversidade econômica e as características da heterogeneidade social.

No Brasil a agricultura familiar é algo novo, pois a partir de 1990 que ela foi se afirmar e passar a ser mais reconhecida pelo estado e por intelectuais que começaram a trabalhar mais profundamente com o tema. O Estado, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), deu mais uma estabilidade para a cultura familiar, movimentos sindicais e sociais também contribuíram muito com a afirmação dessa política.

A agricultura familiar tem uma força considerável de produção no meio agro brasileiro, no censo agropecuário de 2006 que é a base de dados do trabalho de (SCHNEIDER & CASSOL, 2013), mostra que a agricultura familiar representa 84% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, com uma produção de 38% e receita de 34%, lembrando que a agricultura não familiar que representa apenas 16% tem uma ocupação territorial de 76% e geram uma produção de 62% e uma receita de 66%, (SCHNEIDER & CASSOL, 2013). Vemos como a agricultura familiar é importante no cenário econômico nacional, sua produção e geração de receita é muito considerável tendo em vista que sua mão de obra é praticamente integral familiar, fugindo um pouco da estrutura trabalhista assalariada capitalista.



O tipo de agricultura familiar a que nos referimos constitui-se de uma família que trabalha em atividades agrícolas sob um pedaço de terra, em geral não muito grande, e nem sempre de sua propriedade legal (SCHEIDER. Et. al, 2013), essas características são da maioria dos agricultores familiares brasileiros, por mais que suas participações sejam consideradas na economia, o conjunto de todos que faz o diferencial, pois se analisarmos propriedade por propriedade veremos que não se trata de uma grande produção.

Os estabelecimentos agropecuários familiares são classificados por (SCHNEIDER & CASSOL, 2013) como especializados que são 58%, que a fonte de renda é em maioria vindo de suas atividades agrícolas, o outro grupo são os estabelecimentos com múltiplas fontes de renda, sua receita não é em maioria vinda da sua produção agrícola. O último grupo é os dos residentes rurais, onde usam suas terras apenas para moradia, tendo uma produção que não gera praticamente nada de receita, sua produção é apenas para sua subsistência (SCHNEIDER & CASSOL, 2013). Por mais que a agricultura familiar seja expressiva em números de produção e renda, isso só é possível quando juntamos toda a produção, pois se analisarmos estabelecimento por estabelecimento vemos que há uma heterogeneidade muito grande na agricultura familiar brasileira.

Analisando as fontes de receita da agricultura familiar brasileira, destaca-se que entre os todos os grupos uma parte considerável de suas receitas vem de aposentadorias e pensões governamentais (SCHNEIDER & CASSOL, 2013). Durante a breve análise das referências apresentadas até aqui fica evidente como a agricultura familiar brasileira, por mais que seja expressiva, ainda é muito frágil.

## **7 METODOLOGIA**

Esse projeto pretende compreender como se deu o declínio da principal atividade cultural e econômica da sede do distrito de Águas Belas no sertão central cearense, e como modelo de pesquisa utilizaremos a abordagem qualitativa, pois um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto onde ele ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada, onde o pesquisador vai a campo buscar os fenômenos em estudo a partir da perspectiva das pessoas envolvidas, considerando todos

os pontos de vista (GODOY, 1995). A pesquisa qualitativa é o modelo mais abrangente e que traz mais recursos para o projeto.

Ainda, utilizaremos entrevistas não estruturadas, de modo que a abordagem com o público-alvo da pesquisa seja de modo indireto. Objetivamos conversas informais com os/as agricultores/as, pois entendemos que dessa forma eles/as ficam menos pressionados a responder. Com diálogos informais, sem roteiros e seguindo o fluxo das informações cedidas pelos/as próprios/as interlocutores acreditamos que haverá mais troca de dados e conhecimentos. Nesse sentido, a observação participante também será uma grande aliada para a busca de material para o desenvolvimento da pesquisa. A observação participante se faz necessária para buscar aqueles dados que fogem da discursividade e dos dados bibliográficos analisados. Trata-se da observação da concretude da vida desses/as trabalhadores/as rurais. Assim conseguiremos dar mais corpo e consistência à pesquisa proposta.

## REFERÊNCIAS

DE GODOI, Emília Pietrafesa. Territorialidade. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Claudio Alves. Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2014.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, Mai./Jun, 1995.

LEMOS, José de Jesus Sousa et al. Agricultura familiar no Ceará: evidências a partir do censo agropecuário de 2017. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 93-112, agosto, 2020.

LIMA, Antônia Francisca. et. al. **Revista retratos de assentamentos, agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura**. 2019.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Série Antropologia, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência. A questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo. Documento No 145, Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial, 2013.

VALADARES, Alexandre. **O perfil na produção da agricultura familiar entre os censos agropecuários de 2006 e 2017: um panorama e sinais de mudança**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2022.